

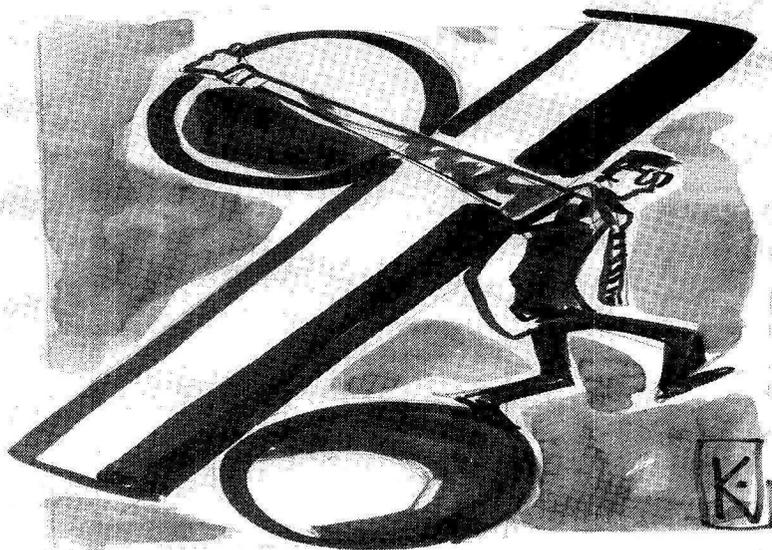
Juros abusivos

CORREIO BRAZILIENSE Josaphat Marinho

As taxas de juros correntes no mercado nacional tornaram-se grave problema de toda a sociedade. Atingindo os diversos setores econômicos, principalmente a indústria e o comércio, repercutem no conjunto da população. Reconhecidas como esbochantes pelas próprias autoridades, estão estrangulando a atividade econômica. Alegam-se nos meios técnicos oficiais que as elevadas taxas de juros visam a conter o crédito e assim reduzir a expansão do consumo. Seriam um meio adotado para impedir a retomada da inflação e da ampliação do déficit público, assegurando a estabilidade da economia.

Não se nega que haja necessidade de medidas restritivas do livre mercado. Uma das funções essenciais do Estado consiste em regular o mercado, em todas as suas faces, impondo-lhe disciplina em razão do interesse público e social. O Estado existe como instituição ou força que se superpõe às conveniências, às ambições e ao jogo de vantagens das classes econômicas fortes. A intervenção do poder público é, mesmo, forma de corrigir desigualdades, para que se instaure e prevaleça equilíbrio protetor dos mais fracos. A presença direta do Estado, ou como instrumento modelador de ação coibitiva da ganância privada, é fator de moderação e justiça nos contrastes exagerados da competição lucrativa.

Sendo tarefa do Estado, como é, corrigir desajustamentos incompatíveis com a harmonia social, não se admite que lhe caiba amparar taxas de juros equivalentes às que estão em curso. O efeito delas é a



estagnação da economia, segundo se infere dos fatos e situações expostos pela imprensa diária. Queda na produção industrial. Vendas em declínio no comércio. Servidores acumulando dívidas. Despedida de empregados. Conforme noticiado, a indústria paulista demitiu 1.021 assalariados na segunda semana de maio. Empresas apelam para férias coletivas, como procedimento para enfrentar "a redução de pedidos do varejo". Cresce a inadimplência no comércio. Decai o mercado imobiliário, com o desaquecimento das vendas. E toda a extensa e diversificada área da economia ameaçada de recessão, ou nela ingressando.

Ora, os economistas não de ter variáveis para a solução dos problemas administrativos, sem sacrifício desmedido dos interesses coletivos. É imperioso que as tenham. A angústia por algum tempo é dever de todos suportar. Quando as medidas restritivas, porém, ameaçam a subsistência, como agora, vão-se convertendo em atos de denegação de justiça social.

Situação dessa natureza é geradora de rebeldia, indicativa da dificuldade de coexistência em regi-

me de bem-estar comum. Se é natural reconhecer que o governo não pretende provocar tal estado de ânimo coletivo, a política aplicada configura o contrário, justificando os protestos correntes.

Não é compreensível aguardar que as taxas de juros venham a diminuir, significativamente, com a privatização das

empresas estatais e as reformas constitucionais propostas, ou em cogitação. Essa pode ser previsão fácil numa tese descomprometida com o tempo e a sorte da população. É inadmissível essa presunção nas relações entre governantes e governados, e numa fase de crise. A privatização das empresas estatais e as emendas constitucionais requerem tempo incerto para que produzam efeitos práticos, suscetíveis de influir nas relações econômicas e, pois, nas condições gerais de vida. As restrições já notórias no mundo dos negócios, com reflexos sobre o conjunto da população, inclusive quanto ao aproveitamento da mão-de-obra disponível, especializada ou não, indicam ser insuportável essa indeterminação de prazo.

Em realidade, medidas redutoras dos juros excessivos devem ser adotadas sem demora. Assim as reclamam, também, as diretrizes programáticas do governo, expressamente vinculadas à solução de questões humanas, e não ao rigor de critérios tecnocráticos.

Josaphat Marinho é senador pelo PFL da Bahia